CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Ata da Reunião Ordinária de 21 de Setembro de 2023

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, Presidente Marcelo Manara abre a reunião, cumprimentando a todos e parabenizando os conselheiros que estiveram presentes no evento simbólico, mas muito representativo do plantio de quatro árvores na frente da prefeitura, entre outros plantios que foram realizados na data de hoje. Na companhia do vice-presidente Jeferson estiveram presentes no plantio de mudas na Praça Kennedy pela Agência Ambiental, que irão plantar uma muda em cada município consorciado, são sete municípios. Então uma grande festa, muito merecedora. Presidente anuncia a todos que agora, nesse momento com o secretário adjunto Ronaldo, a Andreia e Nany bióloga estão em Maringá, recebendo pelo quarto ano consecutivo a honraria da Fundação Abordei da FAO ONU Three Cities Of The World, cidades árvore que São José desde a primeira edição em 2019, 20, 21 e 22 foi premiada. Essa premiação em relação ao quarto ano, em 2019, quando somente três municípios no Brasil foram contemplados, São José dos Campos já integrava essa avaliação, que é feita em cidades no mundo todo. Mas São José é uma das únicas que tem essa honraria em quatro anos consecutivos, o que diz respeito, não é quantidade de árvore, é como que o município realiza a gestão do patrimônio arbóreo. Então envolve múltiplas questões que não somente aqueles parâmetros da Organização Mundial de Saúde, metro quadrado e área verde por habitante e tudo o mais. Parabeniza a equipe do Departamento de Gestão Ambiental comandado pelo Juarez e a Divisão de Áreas Verdes hoje com o Carrilho. Aproveita para informar que houve uma alteração, Andrea assumiu a chefia da Educação Ambiental e o Carrilho, é o novo chefe da equipe. Ele tem uma experiência grande com arborização inclusive, trabalhou muitos anos na área verde de São Paulo.

Agradece a parceria da Secretaria de Manutenção da cidade, a URBAM também que desempenham esse esforço conjuntamente com a equipe de Educação Ambiental coordenada pelo professor Luciano. Todos aqueles que se empenham nessa frente ampla que envolve arborização urbana. Agradece ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, a todos os conselheiros, porque também aprovam a destinação dos recursos do Programa Arboriza. Muitos conselheiros estão engajados nessas ações do Programa Arboriza. Enfim, são várias mãos, agradece o apoio do prefeito Anderson Farias, dos demais secretários e estagiários. Que, o Programa Arboriza é um programa exemplar de gestão do patrimônio arbóreo para o cenário brasileiro. Esse reconhecimento, é outro grande presente para São José dos Campos. Nesse mesmo congresso que está ocorrendo agora em Marília, São José dos Campos foi escolhida para sediar o Fórum Paulista de Arborização Urbana no ano que vem e o Congresso Brasileiro de Arborização Urbana em 2025. Então é um conjunto, é um pacote de presentes de arborização urbana para São José dos Campos, justamente porque a academia, as instituições que pesquisam, que analisam esse equipamento de saúde pública que é a árvore na cidade, reconhecem em São José dos Campos esses esforços e essas conquistas. Então, é um dia muito feliz no Dia da Árvore receber todos esses presentes e o COMAM, partícipe disso. Que os conselheiros, estejam todos engrandecidos por esse reconhecimento, porque no exercício do COMAM, contribuem muito, para o atingimento desses trabalhos e desses resultados. Presidente faz um comentário a respeito de alguns grupos que foram criados, e ativos que participam do Composta São José dos Campos e nessa semana, o assunto arborização surgiu com a preocupação de alguns participantes desse grupo, entendendo que está ocorrendo uma supressão muito intensa de árvores da cidade. Faz um contraponto com relação a abordagem nesse grupo composta em São José dos Campos, porque quando utilizou desse grupo para informar do desafio de plantar 5000 novas árvores, dentro do grupo Composta São José dos Campos, levantaram alguns que

falaram, "pera aí, esse grupo aqui é para discutir compostagem, não é arborização urbana". Presidente diz que se desculpou com o grupo, e solicitou aos que queriam participar desse engajamento para o plantio de novas arvores, o procurasse no privado e alguns entraram em contato com o Juarez. Agora volta o tema da arborização urbana no grupo, só que no posicionamento crítico. Que é necessário debater os assuntos, e faz esse contraponto que no convite ao engajamento de plantio, foi afastado do grupo e na crítica da supressão das árvores o grupo prosperou no debate. Como secretário, já informou que fará uma agenda, convidou o secretário Minoru para recepcionar três ou quatro representantes do grupo para discutir essa questão da arborização sem problema nenhum. Aproveita para informar ao COMAM que existe dentro da estratégia da arborização urbana, recursos que são do fundo municipal, dentro do Programa Arboriza e existe a realização dos laudos e aquelas árvores que sejam mais cuidadas, aquelas árvores de maior porte, inclusive, entram em um outro programa que chama saúde das árvores. Que, tem um contrato que usa tomógrafo e outro equipamento para verificar se elas estão trincadas, com risco de queda, ocas, enfim. E isso resulta em um acervo de árvores que precisam de supressão. A Secretaria de Manutenção da Cidade faz um edital e a empresa que ganha o certame começa a realizar os trabalhos. E isso é feito mais intensamente no período da seca, de forma que entre no período das águas que agora se avizinha, a partir de novembro, com as mudanças climáticas, ocorrem recorrentemente grandes tempestades. Então uma intensificação na realização da supressão daquelas árvores que tem laudos que apontam estado de risco ou estado crítico ou mortas, para que a hora que entrar as grandes tempestades tenham minimizado os riscos. Esse ano, infelizmente teve uma tragédia com a morte de uma jovem, então foram intensificados, para remover as árvores que apresentam risco. Isso está laudado, dentro de todos os programas. Que, antecipa aos conselheiros essa justificativa do que vem sendo apontado, talvez como corte indiscriminado, como uma coisa sem nenhum controle e coisas do

tipo. Que essas informações são importantes para que se possa melhor inclusive, orientar as pessoas que têm essas dúvidas nos grupos de WhatsApp. Com a palavra a conselheira doutora Fernanda Fowler da OAB, que cumprimenta a todos, sugere que dentro do site, inclua a foto, o endereço e o laudo da árvore. Que tem árvores que são importantes para as pessoas de São José, seja ela pelo tamanho, pelo acúmulo de carbono, seja ela por emocional, ou simplesmente importante para evitar, para mudar, para diminuir o impacto das mudanças climáticas. Esse tipo de informação tem que ter acesso público. Que, muitas vezes já parou e pediu para ver o laudo, mas acha desagradável. Presidente responde que no Geosanja, tem todos os laudos. Doutora Fernanda sugere que deveria ter uma informação prévia, onde serão retiradas tais árvores e a justificativa com o laudo. Aproveita a oportunidade e convida os conselheiros para um plantio de árvores feito pela OAB no dia 07/10, no Parque Ribeirão Vermelho, é um piquenique comunitário para as famílias se reunirem. Presidente agradece doutora Fernanda por abordar esse assunto tão importante e reforça que, derivou e montou um outro grupo que se chama Arboriza, o grupo de arborização. Que é muito legal ver o engajamento, o movimento, com o debate sempre importante, muito rico, esse contraponto das oportunidades de tratar uma outra pauta, e o grupo decidiu criar um paralelo de arborização. Então, dando sequência, segue com a posse do conselheiro Vinícius de Pinho Corrêa da SIDE como titular e passa a ser seu suplente no lugar do Teles Eduardo Pivetta. Uma dobradinha SIDE e SEURBS, onde Vinícius tem conduzido um trabalho brilhante à frente do Ponto Rural, também como conselheiro no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Presidente segue com a pauta e passa a palavra para Derik, que se apresenta como gestor de contratos da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, economista de carreira na prefeitura. Que vai apresentar um pouco desse projeto que foi aprovado faz uns dois meses na Câmara Municipal e vai explicar não só no projeto em si, mas como que foi a concepção dele, um trabalho de um projeto

público, pensando na motivação. Em conversa com o mercado de energia, chegou-se na redação final que apresentou a lei 10754 de 2023 e ela foi concebida na Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade. Esse projeto se embasou em duas coisas: uma é o fator ambiental, que é importante apresentar aqui no COMAM e o outro é o fator social. O fator ambiental ele está vinculado principalmente a análise das vinculações com as ODS. São três fatores, é ação contra mudança global do clima, cidades, comunidades sustentáveis, energia acessível e limpa. Que desta energia acessível, limpa até 2030 irá aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global, que é mais esse quesito que está tentando atacar. Que, além disso, é importante falar que complementando já outras leis que São José vem fazendo, principalmente no Código de Obras, na lei de uso e ocupação do solo, Plano Diretor e o PTU verde. Tem várias leis que trabalham e esse é mais um o pacote de leis que tenta fomentar a energia, nesse caso energia solar, mas em outros a sustentabilidade de forma geral. O fator ambiental, é a primeira motivação, o segundo é um fator socioeconômico, na verdade, não só social. O ano de 2020 para 2021 que foi a pandemia, acabou afetando muito a baixa das empresas. Através de um gráfico Derik demonstra que em São José teve um aumento grande da baixa das empresas e em 2021 as empresas quebraram, principalmente as micro e pequenas empresas. Era preciso uma política que incentivasse principalmente a sobreviverem nesse período. Assim, a conclusão era diminuir o custo fixo das empresas. E, uma pesquisa do Sebrae que falava sobre o custo das empresas, estava o custo da energia elétrica, como um dos custos que mais influencia, mais relevante para as empresas. Derik apresenta uma análise de dados, exploratória de março de 2023 com uma comparação de ranking, de municípios e de todo Brasil e em qual posição São José estava. A análise municipal de todos os municípios com a posição de São José em relação ao potencial de energia fotovoltaica instalada, está em 142º de forma geral só das empresas que instalam. Comparando com o IDH a população e o PIB, São

José fica em 24º, 25º, 19º e 142º em energia fotovoltaica. Com a primeira segmentação, sem as capitais, tem um potencial de energia maior, São José está em 117º. Mais uma vez comparando, ainda é um indicador ruim, só em São Paulo, 18º também não é um indicador bom. Sem tirar população entre 500 e um milhão de habitantes, está em 23º. Foi analisado o percentual de crescimento de São José, de potencial de energia fotovoltaica instalada que é de 9,46%, enquanto em São Paulo era quase 70% na população de um milhão a 500 mil, sem as capitais, 46 e, em geral, no Brasil, 46 também. Ou seja, além de São José não estar bem um potencial instalado, não está crescendo suficiente para alcançar os outros. A partir disso, chegou na montagem do programa mesmo, que é um programa de aceleração de utilização de energia solar fotovoltaica em São José. A premissa que determinou no programa foi primeiro, a simplicidade. Não adianta criar um programa super complexo que o município, empresa e o empresário não vai conseguir entender como vai fazer para vir até o município pedir o subsídio. A destinação seria para a pessoa jurídica, com uma política eficiente, dando mais incentivo para quem precisa mais e menos para quem precisa menos. A empresa instala um painel fotovoltaico no comércio, ele vem com documentação descrita na lei e no decreto que será publicado na prefeitura e esta devolve o subsídio, que vai variar de dois a 20 mil, para pessoas jurídicas que não são órgãos da sociedade civil é de dois a 12 mil. A prefeitura devolve o subsídio na conta dele a partir de um percentual do tanto que ele custou a cada painel de fotovoltaico. Ele vem com a documentação comprovando que ele instalou que está regular, obviamente, e vai receber o subsídio dentro do saldo orçamentário e dentro dos critérios. A destinação é para pessoa jurídica, pela justificativa social, socioeconômico, porque investindo em pessoa jurídica, se tem uma duplicidade de ganho, porque a prefeitura faz o aporte e a empresa acaba consumindo, gastando com outra empresa, que é a empresa que instala o painel fotovoltaico. Assim, é um investimento duplo, tanto na primeira empresa que vai receber o

subsídio diretamente quanto da empresa que vai estar aumentando suas vendas de instalação de painel fotovoltaico. E, eficiência na política pública, que é o incentivo para quem mais precisa. Foi criada uma tabela que está na lei, fácil de entender. As faixas para MEI, faixa dois, até 60% de subsídio em relação a instalação. Como exemplo instalação de um painel fotovoltaico de 10 mil reais, recebe um subsídio de até seis mil. Se a instalação for de 20 mil reais, recebe um subsídio de até 12 mil e se a instalação foi de 200 mil reais continua tendo o limite máximo de 12 mil. Isso, porque se pessoas instalarem grandes painéis fotovoltaicos e a prefeitura investir tudo em uma pessoa jurídica não justificaria o social. A ideia é investir em mais pessoas, que mais pessoas participem e que mais pessoas instalem e aumente aquele potencial de energia de painel fotovoltaico, que não está muito bom agora, mas acredita que com esse investimento estará. Será publicado um decreto bem detalhado, com checklist, com ficha de inscrição, tudo explicando, regularidade de CNPJ, municipal da atividade do imóvel, abertura de um processo na prefeitura e a comprovação de que ele está instalado e está homologado na concessionária de energia elétrica, apresentação da nota fiscal da instalação junto com a ART do engenheiro, manter a instalação do imóvel por dois anos, que é para que alguém não coloque num comércio e leve para casa dele. Derik finaliza informando que esse projeto foi feito por ele, Telles e Lívia que não está mais na prefeitura, e Luquine da agência ambiental que também participou desse projeto. Com a palavra Jeferson Rocha, vice-presidente do conselho que agradece Derik pela apresentação, uma vez que estamos numa questão global de uma corrida energética, diversificação da nossa matriz, São José está tendo um exemplo ótimo, o aterro sanitário, a mobilidade também com a questão do transporte público. Que estamos no caminho bem interessante em relação ao país e ao mundo. Pergunta se é uma questão da eletrificação, a cadeia de vida desses produtos, porque existe essa mobilização, investimento e apoio junto ao setor privado para energia solar, mas tem perspectivas do que será essa rede

instalada futuramente, após o seu tempo, ou seja, a destinação final desses resíduos é muito comprometida. Derik responde que se for referente a vida útil da placa, as empresas do mercado de energia, trouxe que a média é de 20 a 25 anos, que dura com um potencial de devolução de volta de captação de energia boa. Então assim é uma vida útil grande, que a tecnologia vai avançando e a tendência é que a vida útil aumente. Com a palavra Renato Veneziani, que cumprimenta a todos, parabeniza a prefeitura pela volta do Vinicius, muito importante a participação dele no conselho. Pergunta, com referência ao CNPJ, se o Rural vai estar também sendo contemplado nesse estudo feito. Derik responde que poderá ser solicitado dentro das faixas apresentadas solicitar o subsídio. Renato parabeniza e informa que vai trabalhar e fazer algumas simulações. Com a palavra senhor Ciro, que parabeniza o projeto e pergunta se os condomínios que também são pessoas jurídicas podem fazer parte desse projeto? Derik responde que nessa primeira fase foi decidido que o condomínio não entraria. Uma vez que o recurso é escarço, não faria sentido nesse momento, pela questão de duplicidade no incentivo e por estar querendo incentivar de verdade as empresas que estavam tendo baixa, entre a justificativa social. Com a palavra Luis da ACEJA, parabeniza Derik, pergunta se foi equacionada a questão também do mercado livre de energia, porque hoje tem um modelo onde se faz a implantação da placa fotovoltaica dentro desses ambientes empresariais. No entanto, de alguns anos para cá, tem acontecido um movimento muito grande na criação de fazendas geradoras de energia. Essas fazendas são muito grandes, no interior do Brasil, Goiás, Mato Grosso, energias hoje, disponíveis. Existe um trabalho muito grande que tem sido feito para se vender essa energia a um custo muito baixo comparado com as energias cativas, aquelas convencionais como da EDP. Se isso for equacionado, pensando em fontes renováveis e energia limpa, se pode ter a implantação de uma placa fotovoltaica, com relação a legislação que beneficia a redução do IPTU de alguns municípios, onde alguns imóveis em 5% desde que eles tenham a placa

fotovoltaica. Pergunta se nessa situação existe também esse segundo benefício, se ele consegue receber uma redução no IPTU. Derik responde que esse caso especificamente não contempla o mercado livre de energia, mas pensando assim, é uma discussão que vai ser longa. Que, na sua concepção e visão, o mercado livre de energia por si só já é bem vantajoso, porque ele é mais barato do que a energia comum, então assim não precisaria do subsídio direto da prefeitura, porque é a venda mesmo, precisa provar para as pessoas que existe um mercado livre de energia, que pode ser contratado e que é possível ser contratado. O painel fotovoltaico, a instalação própria no estabelecimento porque é um custo alto de investimento inicial e isso trava muitas pessoas a instalar. Sobre o IPTU verde, o desconto são duas leis separadas, pode ser pedido para as duas. O IPTU trabalha como um prêmio para quem já instalou do que um incentivo de fato a instalar. Vice-Presidente agradece Derik pela apresentação e o desafio que é grande. Segue com a pauta agora coma a apresentação do CRAS Univap, o projeto Psitacídeos com a professora e bióloga Valderez, as médicas veterinárias Hanna e Rayres. Com a palavra professora Valderez, responsável técnica da equipe do Centro de Reabilitação de Estudos da Natureza, que inicia informando que esse trabalho, é um resultado da verba do fundo municipal de meio ambiente, o FUMCAM, que teve início em outubro de 2022, previsto o final dele para outubro de 2024, com o valor total de investimento 96.342,00 reais. O CEN, que é o Centro de Estudos da Natureza da Univap, onde o CRAS, o Centro de Reabilitação de Animal Silvestre está inserido e onde está sendo desenvolvido o projeto Psitacídeos em parceria com a Prefeitura. Ele tem alguns setores que é o viveiro de plantas medicinais, foi instalado em 1997 e feito um levantamento etno-botânico, ou seja, foi visto junto à comunidade tradicional de um bairro ao lado da Univap. Parentes antigos, antepassados que trabalharam na Fazenda Santana do Poço, hoje é o CEN, foi visto as plantas que eles utilizavam e o cultivo em canteiros para preservar a tradição e o saber tradicional. O borboletário, após a pandemia, foi

revitalizado e hoje está por volta de 40 espécies de borboleta e tem estagiários de todos os setores e está começando a fazer um trabalho de educação ambiental aberto também as escolas. O Museu Pedagógico, é um local onde tem coleções zoológicas nas várias áreas da zoologia e também de botânica. É um local onde faz a educação ambiental. No Centro de Estudos de Natureza, em todos os setores, educação ambiental, com visita a escolas, tem uma representação da Mata Atlântica, insetos e baratas que eles adoram ver, tem umas baratas vivas e outros animais que podem ver também na lupa. Existe uma integração com a comunidade, uma questão também de educação ambiental, mas também extensão. Essa foi uma atividade realizada no CRAS chamada enriquecimento para serem colocados nos recintos. É uma construção feita à base de material vegetal, para o animal não ser prejudicado, estimulando ele a procurar comida, para quando ele for reintroduzido na natureza, ele saber fazer essa procura. Mostra na tela uma caminhada ecológica que a professora Flávia conduziu, junto com os alunos e professores, treinamento de fauna que o CRAS promove para parceiros e outras instituições que queiram aprender um pouco sobre animal silvestre e manejo de serpentes. Passa a palavra para a veterinária Hanna que dará continuidade e inicia falando do centro de reabilitação, onde recebem animais, algumas espécies ameaçadas de extinção onde trabalham a parte de conservação, também existe um projeto da prefeitura com Viçosa, que trabalha com os primatas. Hanna apresenta a equipe geral, a diretora e professora doutora Aneide Prince, a Flávia que é a coordenadora geral do CEN, responsável técnica ela e a professora Valderez e a Rayres compondo a equipe da parte veterinária. Tem três tratadores, atualmente cinco bolsistas, alunos da Univap e cinco voluntários e monitores, também a iniciação científica, com mais alunos envolvidos, todos da universidade. Na tela apresenta fotos dos animais que recebem no centro e quando começa a primavera tem muitos que aprendem a se virar sozinhos. Apresenta a foto de um urubuzinho, eles nascem fofinhos, depois vão trocando

as penas e alguns ameaçados de extinção. Que os gambás estão sofrendo bastante, por conta de ataque de cachorro, principalmente quem mora em sítio. E o trabalho feito pela equipe é acompanhar o crescimento desses animais e fazer o atendimento quando estão feridos. Tem o Laboratório do CRAS, de análises clínicas, que fica dentro do setor, com um professor de biomedicina Matheus, que auxilia muito nessa parte de desenvolvimento das amostras. Que o laboratório tem os equipamentos, tanto a parte de microscopia, com as estufas, e uma centrífuga bastante utilizada na rotina. As hemácias, células vermelhas são nucleares e para conseguir fazer a análise correta delas, precisa centrifugar esse sangue antes de analisar. É feito o recebimento, o tratamento, reabilitação e a destinação dessas aves que têm o bico curvo, são semelhantes ao papagaio, periquito e arara. Tem todo um tratamento feito com essas aves, os exames de PCR importantes, que a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo pede para fazer e conseguir soltar esses animais saudáveis na natureza. Então, para ter essa garantia, iniciou no final do ano passado, completando um ano de atendimento. A primeira entrada foi no dia 22/09, até o momento foram atendidas 20 e duas aves. O projeto visa receber 60 aves até o próximo ano. Que começou com um limite de cinco oves a cada 60 dias, já que precisam ter uma área isolada para esses animais, um quarentenário. Com a orientação de alguns profissionais que trabalham com doenças específicas de aves, se montou uma quarentena específica para os psitacídeos. É feita uma trigem, que está na época de filhotes, que saem dos ninhos e tentam voar. E, muitas das vezes faz se o sequestro, porque está sendo tirada a oportunidade deles aprenderem por conta própria, com os pais supervisionando a virarem os adultos para conseguir voar livremente. Após o período de quarentena, é feito os exames de PCR e se verificado que o animal precisa de cirurgia, são feitos hemogramas e bioquímicos, assim como a checkup e o PCR para essas doenças, exame de fezes, as radiografias também extremamente importantes. A parte de ambientação dos externos, quando eles são liberados desse período e estão

prontos para treinar para o voo. Tem que ter um processo gradual para isso e tem recintos, que estão sendo reformandos para se adequar. E, toda vez que gira um novo lote de animais que passa por lá, tem que desinfetar tudo, deixar tudo limpo para a próxima leva, para não passar uma contaminação de um animal para o outro. Para a cirurgia é necessário um equipamento que é calibrado, e que mensure adequadamente a quantidade de gases anestésicos que vai inocular no animal para dar uma segurança maior durante a cirurgia. Um dos pedidos futuros que será feito para aquisição do equipamento. Hanna mostra foto de uma ave no recinto, comendo amora, um enriquecimento ambiental, para mostrar para eles que é uma oferta diferente de alimento. Hanna apresenta na tela a pagina do intagran e telefone para contato e agradece pela participação. Presidente Manara parabeniza pelo trabalho, lembra que quando esteve na CESP, tinha um viveiro de aves que fazia a reprodução e a grande dificuldade é lidar com animais silvestres, ter essa disponibilidade, recursos, porque centros de reabilitação sofrem muito com a dificuldade do custeio, é muito fácil construir as instalações, manter é o grande problema. É grande o desafio e parabeniza a instituição Univap. É muito interessante e oportuno os conselheiros verem o quanto que essa contribuição num recurso, Fundo Municipal de Meio Ambiente, que tem origem em licenças expedidas não raras, na maioria das vezes pelo corte de árvores e que não só financia o programa Arboriza São José, como também preenche lacunas de conhecimento, porque o que elas fazem não é somente a questão da prática veterinária com animais silvestres, mas conhecer da dinâmica da biologia das espécies, preencher lacunas de conhecimento. Então, é o mais alto grau do que pode ser considerado como um excelente uso da medida do recurso compensatório. Compensada uma árvore retirada, dentro da legalidade também, mas que oferece condições para esse avançar espetacular de uma atuação com animais silvestres, que é uma lacuna que, infelizmente, esse grande desafio, poucos atuam com animais silvestres no país. Presidente abre

para manifestação da plenária. Com a palavra doutora Fernanda Fowler que votou para esse projeto, e que essa devolutiva faz muita diferença. Pergunta se pode ligar quando acham um animal e se pode divulgar nas redes sociais esse telefone, fazer uma propaganda. Pergunta se tem algum tipo de programa de colaboração financeira externa, de pedir dinheiro de alguma outra maneira, porque tem muitas pessoas que tem o desejo de ajudar esse tipo de ação e poderia fazer uma arrecadação também externa. Hanna coloca na tela o numero do WhatsApp somente para mensagens, também o telefone fixo 39471239 onde um aluno auxilia nessa parte de respostas. Que são passadas orientações gerais antes do recebimento. A questão do custeio externo, aceita algumas doações e o apadrinhamento, tem um cadastro para ser feito antes de fazer a transferência do dinheiro e doações como frutas, folhas já que os animais tem uma dieta específica. A questão de visitação pelas normativas da Secretaria do Meio Ambiente do Estado não pode ser feito. Então, o que está sendo feito, é um planejamento para o futuro e um planejamento na questão de uma área de educação ambiental, o museu, as plantas medicinais, o borboletário. Presidente agradece a apresentação e passa a palavra para doutora Fernanda Frois, que cumprimenta a todos e parabeniza o trabalho feito no centro, onde participou da visita com conselheiros, um trabalho muito bem feito. Que é professora da Univap há muitos anos, mas nunca teve a oportunidade de conhecer, mas ficou muito feliz de ver o trabalho que fazem. E, seguindo a pauta doutora Fernanda Frois inicia fazendo a introdução, como titular da cadeira da OAB no COMAM. Num outro momento, numa vaga que hoje não existe mais, que era por serviços ambientais prestados. E hoje está representando a OAB de São José. Que em conversa com o presidente Marcelo Kajuira, pediu externar aos conselheiros a alegria de poder participar do conselho e permanecer a disposição da OAB sempre muito feliz com essa parceria como o COMAM. A OAB está na fase final da construção da sua sede, uma obra grande, já estão retomando os trabalhos. O auditório ainda não está

liberado, mas em pouco tempo a casa vai estar aberta novamente para receber a todos. E como apresentação institucional, achou que seria mais viável ao invés de falar da OAB como um todo, pediu auxílio para Fernanda Fowler que foi sua aluna na faculdade e como presidente da Comissão de Meio Ambiente acredita que seria o ponto mais relevante para trazer aqui o que a OAB tem feito em prol da questão ambiental. Passa a palavra para doutora Fernanda Fowler, que agrade sua querida mestre, que com certeza a inspirou. Inicia se apresentando como presidente da Comissão de Meio Ambiente da trigésima sexta subseção que abarca a cidade de São José dos Campos e Paraibuna e vai contar um pouco nessa ideia de trazer o que as instituições fazem em relação a sustentabilidade e meio ambiente. A Comissão de Meio Ambiente, ela vem trabalhando, a intenção é sempre trabalhar nas causas ambientais, nas discussões relevantes em relação ao direito ambiental. É uma comissão permanente, ou seja, ela é uma comissão obrigatória. Cuida dos assuntos relativos à proteção do meio ambiente, promove estudos, cursos, seminários e outros e atua através da participação de profissionais que integram a Comissão nesses conselhos municipais que a OAB tem cadeiras. A Comissão de Meio Ambiente da OAB, primeiramente, busca a construção de valores e atitudes voltados para a sustentabilidade, a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas também que respeite as culturas locais e a capacidade de suporte dos ecossistemas e o desenvolvimento de habilidades. Também busca a formação de cidadania socioambiental, com atitudes e comportamentos sociais ecologicamente saudáveis, sempre garantindo a prosperidade econômica dentro de uma justiça social, ou seja, trabalhando sempre o tripé do desenvolvimento sustentável. Busca fomentar os mecanismos capazes de difundir os conhecimentos e informações, porque uma das coisas mais importantes dentro da política ambiental é divulgar e fomentar essa divisão de informações dentre os atores da sociedade. A OAB tem cadeira no COMAM, Conselho de Patrimônio Histórico do Compaq. Que, atualmente está na Câmara

Técnica de Arborização, Câmara Técnica de Resíduos Sólidos e ano passado participaram da Câmara Técnica de Zoneamento, já participaram da Câmara Técnica de Arborização no passado, inclusive com a elaboração da legislação com a proposta de aprimoramento da própria legislação do COMAM, foi feito um seminário da questão fundiária do bairro do Banhado e a modernização do código de obras. Que, fazem sempre grupos de estudos, inclusive com a participação da doutora Fernanda Frois no último, abordando temas ambientais e onde são convidados tanto advogados como não advogados. É também feita mentoria para poder aprender com a experiência do outro, por exemplo, na compostagem levando até funcionários da OAB para aprender. E também fazem cursos tanto buscando profissionais externos quanto da própria Comissão de Meio Ambiente, com a produção de cartilhas, manuais, estudos, notas, pareceres e palestras. Os eventos atuais e projetos da AOB Plantando o Futuro, já é um evento tradicional, ano a ano, com a falha apenas durante a pandemia, que não podiam se reunir. Que já é a quarta versão desse evento, o próximo será no dia 07/10. Já foram plantadas quase 200 árvores, somando todos os eventos. Busca-se trazer um pouquinho de educação ambiental, e explicar para a população a importância desses plantios. A OAB tem um programa que chama Reverte AOB, com uma série de projetos, uma parceria da OAB que vai a escola. O encontro das Comissões de Direito Ambiental do Estado de São Paulo. Esse encontro de todo estado se reúnem para dividir informações e poder conhecer o que os outros estão fazendo, e tem uma ideia melhor sobre algum tema que consegue dividir e aprimorar. O Reverte OAB é um programa, tem uma série de projetos dentro dele. O primeiro deles é o carro chefe é o OAB Lixo Zero e dentro do projeto OAB Lixo Zero, foi feito um curso de gerenciamento de resíduos. Esse projeto, ele impõe uma nova rotina dentro da casa do advogado aos funcionários e frequentadores, ou seja, é uma pessoa convertida, fazendo com que uma pessoa que talvez não seja tão ligada ao tema de sustentabilidade, de lixo, de resíduos e tal, ela consiga entrar dentro disso.

Então é preciso ser muito delicado e inclusive iniciando com um curso de gerenciamento de resíduos montado para a pessoa entender o que seria isso, cada tipo de resíduo dentro desse curso que já foi ministrado. A OAB lixo zero, também fez um plano de gerenciamento de resíduos sólidos, ela gera praticamente quase dois kilos de lixo por dia. A OAB, pretende com esse projeto tornar um exemplo. Foi feito esse plano de gerenciamento de resíduos para que a casa do advogado pudesse lidar de maneira sustentável com os resíduos que ela produz e se dispondo ainda a receber certo tipo de resíduo para fazer a logística reversa deles e a responsabilidade como ser humano, como advogado, adotando uma postura mais sustentável. A ideia do projeto é lidar com toda a cadeia de resíduo até o descarte responsável. E o objetivo é realmente a conscientização e a ideia seria repensar antes de adquirir os insumos, reduzir a produção deles, reutilizar, reciclar e realizar a logística reversa, reduzindo ainda a disposição final e chegar à meta de desviar do aterro 90% dos resíduos produzidos pela OAB. Foi apresentado o projeto físico e o projeto orçamentário e feita uma campanha de comunicação visual, ou seja, placas em que a pessoa que frequentar a OAB, ela mesma consiga entrar e descartar, ela vai ser direcionada até um centro de descarte, poderá escolher qual é a melhor residuário para descartar. Em uma segunda fase, a pretensão é de convencer, a tirar todos os itens de plástico, fazer compra de uma fragmentadora, revisionar os fornecedores. Mas a OAB não é São José dos Campos, ela é OAB São Paulo, então essa segunda e a terceira fase são fases já para trabalhar São Paulo. Doutora Fernanda fala que esse projeto não daria certo se não tivesse por trás o programa de educação ambiental. Que tem uma agenda com as datas ambientais importantes, fazem comunicados com a sociedade através de cartilhas e campanha itinerante. Informa que todas as terças e quintas, durante o semestre inteiro, tem um vídeo de Educação Ambiental com um projeto social, que é o conheça o seu agente ambiental, que busca fazer o cadastro dos agentes ambientais, dos catadores e dar mais dignidade a essa pessoa,

tornando a OAB inclusive um ponto de referência. No programa da OAB, o copinho de plástico ficou reservado a um único ponto, porque não conseguiria convencer São Paulo a tirar. No plano de gerenciamento, tem o apoio de uma cooperativa que especificamente retira para reciclar. Dentro dos projetos, tem a mão na roda, que é a educação ambiental, através do ato de pegar lacres de alumínio para adquirir cadeiras de rodas para doação. O projeto é mostrar que um simples lacrezinho que vai para o lixo, ele pode transformar a vida de uma pessoa. A OAB também tem a logística reversa dos materiais de escrita à medida que muitos produtos, o lápis, caneta, mesmo com processo digital em parceria com a terra circle, que faz a logística reversa da Faber Castell e dentro do PGRS, os dois quilos de lixo produzido, foi montado um ponto de apoio para recebimento de pilhas e baterias, resíduos eletrônicos até que tenha campanhas pontuais. A pretensão é formar outras parcerias, como por exemplo, o TJ também que tem um programa de sustentabilidade. Os trabalhos que já estão entregues, os diagnósticos de resíduos orçamentário físico com croqui, comunicação visual, o plano de educação ambiental está pronto, gravado e o de gerenciamento de resíduos também. Apresenta um QR code das cartilhas, o Manual Lixo Zero para escritórios, guia de assinatura digital, evitando o desperdício de papel à medida que você consegue com o pen drive que já utiliza nos tribunais, assinar digitalmente a cartilha lixo zero para crianças e ter a tutoria do assinatura digital. A composição atual da comissão, é bastante variável, sempre entra ou sai alguém, que está há 12 anos. Além das questões atinentes à cidade, a comissão se preocupa em dar o exemplo, em transformar tudo em sustentabilidade, tenta fazer essa diferença, ensinando e aprendendo. Finaliza agradecendo aos conselheiros a atenção, a OAB, como a doutora Fernanda Frois falou está sempre aberta e à disposição. Presidente Manara parabeniza as conselheiras, pelo histórico de participação nos conselhos. Parabeniza a OAB, porque assim, entende que a dinâmica de participação cidadã da OAB se faz muito presente e premente nas ações dos colegiados. Que

a OAB se comporta como conselheira porque exerce na plenitude, leva para dentro da instituição os debates. Então é esse e muitas vezes, a dificuldade do comportamento de conselheiros, porque às vezes por inúmeras questões, não é crítica comparativa a ninguém, mas enaltece o quanto é importante isso quando conselheiros. Isso é fundamental porque o propósito de um colegiado pleno, de um colegiado participativo, de um colegiado democrático, é que tragam e levem o posicionamento das instituições, porque tem a legitimidade ampliada e os conselheiros têm legitimidade para dizer o que pensa, o que acha. Mas a legitimidade é ampliada e o alcance do colegiado das suas funções são ampliadas quando ocorre esse exercício na plenitude, por uma função de porta voz e de provocação interna, porque a pluralidade de um conselho como conselho de meio ambiente é histórico. Que nesse ano tem o desafio, serão 40 anos do COMAM. Parabeniza novamente a titular e suplente pelo comportamento e pelo desprendimento e desenvoltura de como profissionais e também pela instituição OAB, que contribui muito em todos os processos e debates. Com a palavra Juarez, do departamento de gestão ambiental, que parabeniza a doutora Fernanda, e pede para deixar registrado os parabéns a todo o trabalho que desenvolvem nessa ação de cidadania. É o exemplo para que outras entidades da nossa cidade, tenham iniciativas que a OAB tem, com tanto empenho e tantos anos dedicados às questões ambientais. Com a palavra o munícipe Lucas Lacaz, que pergunta com referência ao cadastro das árvores na cidade, o número que está e solicita fazer o balanço porque as árvores cadastradas também estão sendo suprimidas e só tem o número de entrada, se estão sendo plantadas agora, daqui a 10, 15, 20 anos elas vão começar a ser cadastradas. Presidente responde que esta informação, já está disponível no Geosanja as 47 mil árvores cadastradas nas suas posições corretas em cada rua disponível. Com a palavra o vice-presidente Jeferson, que para esclarecimento, a pedido do Ministério Público, solicitou uma planilha atualizada a cada 60 dias no site da prefeitura com todas as supressões e plantio. Que todas as árvores

suprimidas no município tem um laudo, uma análise técnica para a supressão. Seria uma irresponsabilidade do poder público não tomar uma ação frente a uma árvore que está com o seu estado fitossanitário comprometido. Então a prefeitura é obrigada a tomar frente aos laudos que são feitos ação de supressão dessas árvores. Então, como o secretário bem colocou, no geosanja estão as árvores. Se a árvore tiver um laudo já pronto, vai aparecer o laudo que é público, que é de conhecimento de todos. E os dados de plantio, estão sendo colocados, como é dinâmico, agora cinco mil estão sendo plantados, árvore é um ser vivo, como nós também podem morrer. Tem árvore com risco de queda que o município tem a obrigação de fazer a supressão, naquelas que tem dúvidas do programa saúde das árvores, é feita tomografia e a penetografia para ver como é que está o interior e poder suprimir e só serão suprimidas com os respectivos laudos. Com a palavra Jeferson, informa que está no site da Prefeitura a atualização feita em junho de 2023, onde através de uma tabela no Excel, de todas as regiões, a quantidade de árvores, o Plano Municipal de Arborização, aquilo que foi feito. Se plantar 2%, 5%, 10%, 12% do plano de arborização, poderá encontrar no portal e a consulta é pública. Esse foi um compromisso assumido com a promotoria para disponibilizar os dados do plantio e a meta, não esquecendo que serão plantados até 2029, 55 mil mudas de árvores, de acordo com o Plano Municipal de Urbanização, que também está disponível no site da Prefeitura. Presidente Manara em complemento ao que foi mencionado pelo Lucas que fez menção ao artigo 11, 11º. As árvores e logradouros, quando suprimidas, deverão ser substituídas pelo órgão competente da Prefeitura ou por terceiros, de acordo com as normas de Arborização num prazo de até 60 dias após o corte. Porém, há um parágrafo primeiro, " não havendo espaço adequado no mesmo local, o plantio será feito nas adjacências da área, de forma a manter a densidade arbórea". Com a palavra a conselheira Fernanda Fowler que se oferece, se for da vontade da Câmara Técnica de Arborização, que ainda não teve reunião, de justamente

fazer um tipo de um manual ou esquematizar algo que as pessoas consigam realmente achar as informações na internet. As vezes não é tão fácil achar a informação da maneira que é integral, que se consiga enxergar toda a informação. Que, um dos trabalhos da Câmara Técnica de Arborização deveria ser, montar um manual de como achar essas informações na internet. Presidente entra no último tema da pauta que é a câmara técnica, sobre os planos de trabalho das câmaras técnicas. Foram constituídas cinco câmaras técnicas, arborização urbana, resíduo sólido, energia renovável, saneamento básico e os fundos ambientais. E agora a intenção é que as câmaras técnicas venham ao plenário e promovam as reuniões e apresentem os planos de trabalho que é importante que a câmara técnica não fique solta. Cada conselheiro que aqui se candidatou e se posicionou numa ação voluntária, para participar e se torna importante que tenha uma periodicidade de reuniões. Então, a plenária quer ouvir das câmaras técnicas qual a periodicidade das reuniões, quais os assuntos, e decisão de cada câmera técnica, inclusive sobre reunião. Tem câmara técnica que pode fazer uma reunião a cada 15 dias, outras a cada três meses, enfim, cada câmara técnica decide na sua autonomia. Mas apresente as pautas prioritárias, porque será aberta a cada reunião do COMAM um espaço, para que as câmaras técnicas venham e apresente a evolução dos trabalhos e o que está sendo discutido. Lembra, em essência que a câmara técnica é um órgão assessor, cinco grupos assessores do pleno para trazer os assuntos que, obviamente, a cada tema, nas discussões, nos debates. As câmaras técnicas serão motivadas pelo plenário a discutir os temas que são mais importantes e prementes para o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Com a palavra Jeferson, que aproveita a oportunidade e sugere que seja feito o levantamento ou inventário na legislação ambiental de São José dos Campos, um compêndio. Pois a cidade possui inúmeras leis da Câmara Municipal e no Executivo e muitas delas as vezes bate cabeça, se complementam ou até se prejudicam. A ideia seria fazer um inventário dessa legislação e fazer um

resumo, para ter uma legislação mais fácil de se entender, modernas e mais enxuta. Que, a ideia de fazer esse inventário, concluindo em um livro, manual, algo do gênero. Uma sugestão dada para encaminhamento da executiva que está sendo compartilhando com os conselheiros. Com a palavra Presidente Manara que apoia esse desafio muito útil para a sociedade e tendo o Jeferson, como proponente e idealizador disso, já está automaticamente candidato e aprova para que ele vai coordenar esse trabalho. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer sobre os planos de trabalho e os calendários de reuniões das câmaras técnicas? Com a palavra Fabiana, que sugere que o ideal seria marcar uma reunião inicial de cada câmara e entre os membros fazer essa pauta de trabalho e um cronograma de reuniões, inclusive com reuniões virtuais. Presidente responde que depende da estrutura, mas se as câmaras técnicas quiserem também, pode verificar o apoio para a realização das reuniões. Deixa franqueada a sala de reuniões do sexto andar, as câmeras técnicas para fazer também com participação remota. E, o que a conselheira Fabiana posicionou, reforçando que cabe a cada câmara técnica definir o seu calendário e o seu plano de trabalho, lembrando que a plenária pode definir também temas para as câmaras técnicas. Que, na próxima plenária uma pauta de reunião, a apresentação de todas as câmaras técnicas com cronograma e plano de trabalho. Ninguém contrário a sugestão, aprovado por unanimidade. Presidente faz um desafio a compartilhar com todos os preparativos que acha que deve fazer muita festividade em comemoração aos 40 anos do COMAM. Se for feita uma pesquisa no cenário brasileiro, não sabe se terá os decanos dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente no país, mas seguramente um dos mais históricos, um dos mais intensos e representativos na sua plena funcionalidade. Acha que somos merecedores como um conselho exemplar em termos de participação, de debates. É de dezembro de 1983 onde será aberta pauta única que são as festividades e comemorações do aniversário com a localização da maioria dos ex-presidentes, entregar uma placa comemorativa e

vamos pensar num café e água que a super Marisa vai ajudar a providenciar. Quando fala em muito barulho, em termos de gastos de festividade, mas de registros, da importância e do reconhecimento a todos que passaram pelo COMAM. Presidente lembra que já comentou em plenária que vai publicar um livro. Que o Jeferson entrou no time para ajudar, porque tem a lembrança, das coisas que aconteceram, das pautas. A ideia é a de escrever um livro sobre essa história dos 40 anos do COMAM e também do CMDU, ter esses dois registros dessa história muito rica, muito intensa. E é representativa para o cenário brasileiro. Então isso tem que ser realmente reverenciado, escrito e conta também com todos os conselheiros que tenham, principalmente a OAB com registros, fotografias, para focar na Marisa. Aqueles que tiverem no seu acervo pessoal, inclusive algum registro ou alguma coisa, lembrar de temas, lembrar de pautas que tenham passado no COMAM, vão alimentando. O livro, obviamente não é para dezembro, mas ao longo de 2024 ele se tornará realidade e fazer mais esse marco histórico para o Conselho Municipal de Meio Ambiente. Agradece a todos pela reunião muito produtiva. Nada mais a tratar Presidente encerra a presente reunião e eu Marisa Do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

Marcelo Pereira Manara

Presidente

Marisa do P. Sá Durante

Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva